

O Diálogo e a Sede do Poder

Quando Péricles, que viveu entre 499-429 a. C., dando nome ao século mais brilhante da vida da Grécia, pronunciou o seu famoso Discurso, que definiu paradigmas definitivos da democracia, fê-lo como oração fúnebre nas exéquias dos militares mortos no primeiro ano da Guerra do Peloponeso: a relação entre a liberdade do discurso e o seu condicionamento pela defesa da sede do poder ficou para sempre submetida a um equilíbrio frequentemente instável.

Começando pela importância do poder da palavra notaremos que, ao contrário do aforismo segundo o qual — *verba volant, scripta manent* — a palavra se liberta do autor, e por vezes vai multiplicando os significados ao ritmo a que os mediadores a deformam e a reformam. Lembremos que Cristo apenas escreveu uma vez, na areia, e não temos notícia da mensagem, mas a palavra viria a marcar a civilização ocidental, livre do criador mas não dos intérpretes. No caso de Péricles, é notável, como sublinhou com elogio Gaetano Mosca, que tenha sido Tucídides, no Livro II da História da Guerra do Peloponeso, quem assegurou a eternidade da palavra do seu adversário político, guardando modéstia na anotação do seu infortúnio político pessoal.

Todavia é certo que a oração de Péricles não corresponde exactamente ao procedimento do *chefe carismático* que foi, dizendo Tucídides o seguinte: “Péricles tinha influência em virtude da consideração que o rodeava e da profundidade da sua inteligência, era de um desinteresse absoluto, sem atentar nunca contra a liberdade. Mostrava-se com o povo tão amigo e companheiro, como chefe e governante. Além disso, não tinha adquirido a sua autoridade por meios ilícitos e não dizia coisa alguma para lisonjear a multidão. Graças à sua autoridade pessoal, podia contrariar livremente quando alguém lhe propunha uma coisa inútil e insensata. Cada vez que os Atenienses se abandonaram de qualquer forma à temeridade do orgulho, detinha-os e refreava-os com a sua autoridade e gravidade na

maneira de falar. Ao mesmo tempo, se os via assustados sem motivo, devolvia-lhes a confiança. *Este governo tinha o nome de democracia, mas na realidade era o governo de um só homem*”¹.

A esta distância entre o *dito* e o *feito*, à relação ambígua entre o *discurso* e o comportamento da *sede do poder*, podemos chamar a *falta de autenticidade*, que se manteve como passivo sobrevivente ao longo da secular história do legado ocidental.

Mas permaneceu também nesse património a convicção de que a arte da persuasão pela palavra é uma componente daquela virtude política de que falava Cícero, e que também foi doutrina de Aristóteles e Platão, louvando a coragem, combinada com a prudência, do homem justo e sabedor, uma firmeza de carácter que todo o ser racional tem motivo para ambicionar.

É seguramente de destacar que, no discurso de Platão, a arte da *persuasão*, de que se ocupa a retórica, exige o respeito pela *verdade* que a filosofia procura, parecendo ser esse o sentido do que chamou dialética: neste caso, a caminho de consagrar o *diálogo político*, trata-se do método socrático das perguntas e respostas dirigidas no sentido de o interlocutor reconhecer por si próprio aquilo que a persuasão visa fazer aceitar.

Entre todas as razões que são alinhadas para sustentar que a democracia, como forma de governo, é preferível a qualquer dos outros regimes conhecidos, está justamente o facto de o *diálogo*, submetido aos pressupostos da *verdade* e da *persuasão*, e à arbitragem final da *maioria* quando não é obtido o *consenso*, é o método que dispensa os custos humanos da violência, sem eliminar a alternativa futura de uma nova percepção dos factos em evolução.

A experiência repetida dos iluminados como Savonarola, que no século XV submeteu Florença ao que P. J. Salazar chamou “uma ditadura da voz”, advertiu contra os desvios em relação ao discurso socrático². As guerras da religião, entre outras, documentam o risco brutal do discurso ideológico, mobilizador da resolução das diferenças pela aniquilação do adversário, como aconteceu com as oito guerras de religião (entre 1560 e 1598) que tiveram Catarina de Medicis como referência política, e o massacre da noite de S. Bartolomeu (24 a 30 de Agosto de 1572) como advertência para o futuro.³

Por isso, uma das proclamações de Revolução Americana, que tanto inovou no que toca aos regimes políticos ocidentais, foi no sentido de enfatizar o valor social e político do diálogo parlamentar.

Na definição de Madison, República “é um governo que deriva todos os seus poderes, directa ou indirectamente, da grande

Na definição de Madison, República “é um governo que deriva todos os seus poderes, directa ou indirectamente, da grande massa do povo, sendo administrado por pessoas que exercem as suas funções voluntariamente, durante um limitado período de tempo, ou enquanto se comportam bem”.

massa do povo, sendo administrado por pessoas que exercem as suas funções voluntariamente, durante um limitado período de tempo, ou enquanto se comportam bem”.⁴ Na antiga sede do governo colonial do novo Estado, John Stuart Mill (1806-73) deixaria estas palavras de advertência: “As assembleias representativas são frequentemente acusadas por seus inimigos de serem sede de verbiagem e tagarelice. Difícil imaginar zombaria mais mal aplicada. Não vejo que outra maneira mais útil de empregar o tempo de uma assembleia representativa do que a conversa, quando o assunto da conversa são os grandes interesses públicos do país, e cada frase utilizada representa a opinião de um importante grupo de pessoas da nação, ou a de um indivíduo no qual tal grupo tenha depositado a confiança”.⁵

De facto, este valor da *confiança* é o alicerce de toda aquela construção inovadora, e foram muitas as cautelas adoptadas no sentido de que não pudesse ser violada: a *separação de poderes* (legislativo, executivo, judicial, moderador) para evitar os vícios históricos da unidade do poder legitimista; o *recurso periódico ao povo*, para que a longa permanência não levasse a substituir o *civismo* dos governantes pelo abuso; o *recurso directo ao povo* para decidir sobre temas fracturantes; a *proporcionalidade da representação*, sempre visando a escolha das pessoas mais capacitadas para assegurar a estima e a confiança do país.

No decurso deste processo, a *defesa da sede do poder* condicionou frequentemente a integral aplicação dos princípios. Atenas da referência de Péricles tinha uma cidadania só merecida pelos que participavam na vida política da cidade, e assentava essa disponibilidade numa sociedade de cidadania limitada pela exclusão. Mas também a grande inovação de Filadélfia, ao proclamar que todos os homens nascem livres e iguais, e com igual direito à felicidade, acentua uma longa teoria de exclusões: todos, mas os índios não, mas os escravos não, mas os trabalhadores não, mas as mulheres não. A defesa da *sede do poder*, que reservou o acesso aos privilegiados, rodeou o igual direito à felicidade de uma muralha defensiva.

A eliminação dos *nãos* exigiu, por sua vez, uma longa teoria de combates, nem sempre sem vítimas, contra a desigualdade, com violências e sofrimentos amargurantes, num percurso em que o *poder da palavra*, de homens como Lutter King, foi derrubando as guardas. De tal modo que, por fins de 2005, e quando o triunfo de Obama ainda não estava pressentido, o famoso Samuel Huntington (*The Clash of Civilizations*, 1993) publicou o seu *Who Are We?*, inquieto com a fragilização da identidade americana, supondo que via as minorias — afro-americanas, hispano-americanas,

índias — a aproximarem-se da sede do poder, morrendo antes de poder ter ouvido Obama proclamar: *somos todos americanos*. Desde o dia em que os sobreviventes dos iroqueses, um povo poderoso e acolhedor quando os europeus começaram a povoar o território americano que era deles, se dirigiram ao Presidente dos EUA perguntando se também lhes era necessário morrer, até à data da afirmação de Obama — *Yes, we can!* —, a narrativa da igualdade foi muitas vezes escrita com o sangue das vítimas.

Tudo libertação resultado da força daquilo que Vaclav Havel chamou — *o poder dos sem poder*. Em Agosto de 1978, no Monte Sniezka, na fronteira entre a Polónia e a Checoslováquia, Havel, e um grupo de dissidentes, autores da famosa Carta 77, publicaram um texto da autoria daquele, tendo por título a expressão

referida. A perda de liberdade física dos numerosos signatários não pôde impedir a força das palavras em liberdade, e assim se desenvolveu uma *Estratégia do verbo Contra o Sistema*, que finalmente ruiu.

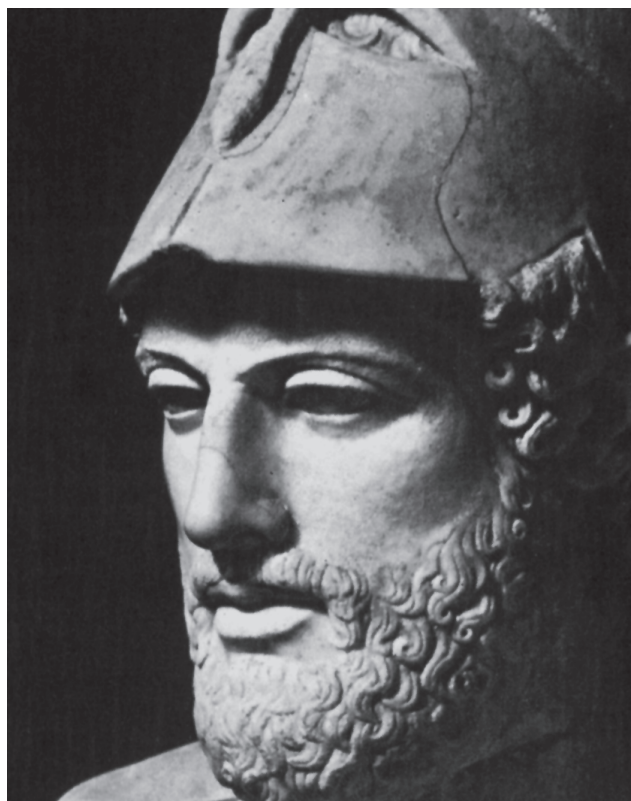
Mais uma vez, foi deste modo confirmado na rua o *poder da palavra*, que inspirou o apoio da confiança pública no diálogo, com autenticidade, nas câmaras de representação política, titulares do poder legislativo, e da função de crítica ao executivo.

Recordou Francois Perroux, no Prefácio para o I volume das obras completas de Marx, que “por muito que o diálogo ocidental tenha podido chegar a esquecer as suas fontes, conserva um carácter notável: não põe em jogo apenas os interventores; supõe sempre uma terceira referência; um valor superior: a verdade ou a justiça, por exemplo, de onde

se deriva uma conduta moral; a verdade ou a lealdade.”⁶

Escrevia em 1963, e Hauriou, que, continuava a ser o mestre e o defensor da crença no diálogo parlamentar, baseava-se, citando-o, nestes pontos: a convicção de que existem uma verdade e uma justiça aproximáveis; uma aproximação tornada possível pela convergência dos espíritos no sentido de suprimir os erros; aceitando o pressuposto de que existe uma certa igualdade dos homens que participam no diálogo.

Todavia, a acelerada evolução do século XX, que pagou o preço de duas guerras mundiais que destruíram a ordem euromundista, que assistiu a um desenvolvimento sem precedente da ciência e da técnica, que viu crescer um globalismo sem regulação pelo vazio deixado pela queda do colonialismo das soberanias, que sofreu a erosão dos conceitos de Pátria, de Nação, dos valores das sociedades civis ocidentais de vida habitual, estas substituídas pelos modelos das sociedades afluentes, consumistas, unidimensionais, também provocou uma radical trans-



ENSAIO O DIÁLOGO E A SEDE DO PODER

formação da *oratória*: os regimes autoritários, que foram numerosos, substituíram a oratória parlamentar pela monotonia dos discursos lidos; a oratória forense morreu com a substituição dos júris pela confiança no saber técnico dos juízes; a oratória sagrada não ganhou em descer do púlpito para o microfone.

O atento Schvartzenberg certificou o nascimento do Estado Espectáculo (*Star System*), em que a teatrologia é a fonte da inspiração, organizando uma complexa *mise-en-scène* para que o eleitorado seja induzido à *prise-en-charge*. E porque a velocidade da mudança das sociedades e dos saberes torna frágil toda a presumida prospectiva, o *discurso do poder* acentuou a diferenciação por três vertentes da mesma raiz. Primeiro a versão da *luta pela conquista do poder*, que, como salienta Balandier, faz teatrologia de imagem e de imaginação, concluindo: “as confrontações organizadas pelos média, debates, sondagens, manifestações espetaculares dos partidos, reuniões, confrontos eleitorais, debates parlamentares, e os efeitos de surpresa e as palavras inspiradas revelam como esta ligação é estreita, impossível de recompor-se, pois que resulta da própria natureza do sistema político”⁷; depois vem o *discurso da cadeira do poder*, onde o titular vencedor conclui que tudo encontrou pior do que era do seu conhecimento, o que permite redefinir objectivos e percursos; finalmente, o *discurso da justificação* quando chega a tempo de regressar ao julgamento do eleitorado, com uma teatrologia repetida, ou ampliada.

Esta variedade de articulados *tipos de intervenção*, de utilização condicionada pelos tempos da intervenção em causa, afecta o estrutural *valor da confiança*, designadamente, entre mais razões, porque as surpreendentes contradições estruturais não permitem abrandar as intervenções contraditórias nas câmaras de representação. A defesa da sede do poder conquistado, mesmo nas áreas ocidentais, por isso abalou frequentemente pressupostos essenciais da teoria democrática, ocasionando uma *torrente de discursos* que não se encontram num *diálogo*, parecendo que *ter dito* é mais procurado do que *ser ouvido*, com a *fraqueza do argumento* a ser compensada pelo *falar mais alto*.

Em primeiro lugar, isto porque a *luta pelo poder* foi institucionalizada em *partidos* que cada vez mais reproduzem os mecanismos do mercado globalizado: são empresas que lutam por um *bem escasso*, que é o *poder de governar*, e organizam a sua Assembleia, o seu Conselho Geral, e finalmente proclamam o seu Líder, que se torna a figura dominante: o eleitorado não escolhe de facto os seus representantes, ao contrário do que os fundadores da democracia doutrinaram, e a maior parte deles não terá sequer oportunidade de intervir em termos de romper, tendo em vista o eleitorado, a cadeia da disciplina silenciosa.

A cotação pública do partido, continuamente avaliada pelas sondagens, tem na liderança a referência motora das oscilações, o que tudo, com desvio, frequentemente se acentua quando se estabelecem maiorias absolutas: então, o *Presidencialismo do Primeiro Ministro*, que nenhum texto previu, é o modelo constitucional que entra em exercício.

O efeito mais erosivo dos valores dos fundadores do regime democrático, é que o confiável diálogo, descobridor da verdade e da justiça possíveis, em busca do consenso pacificador, com frequência se ocupa apenas de *destruir a credibilidade dos opositores em exercício*. Com um efeito colateral vindo da complexidade e articulação globalizada dos meios de comunicação: a opinião pública está com frequência estabelecida antes que os poderes soberanos possam ter chegado a uma conclusão, e por isso a ten-

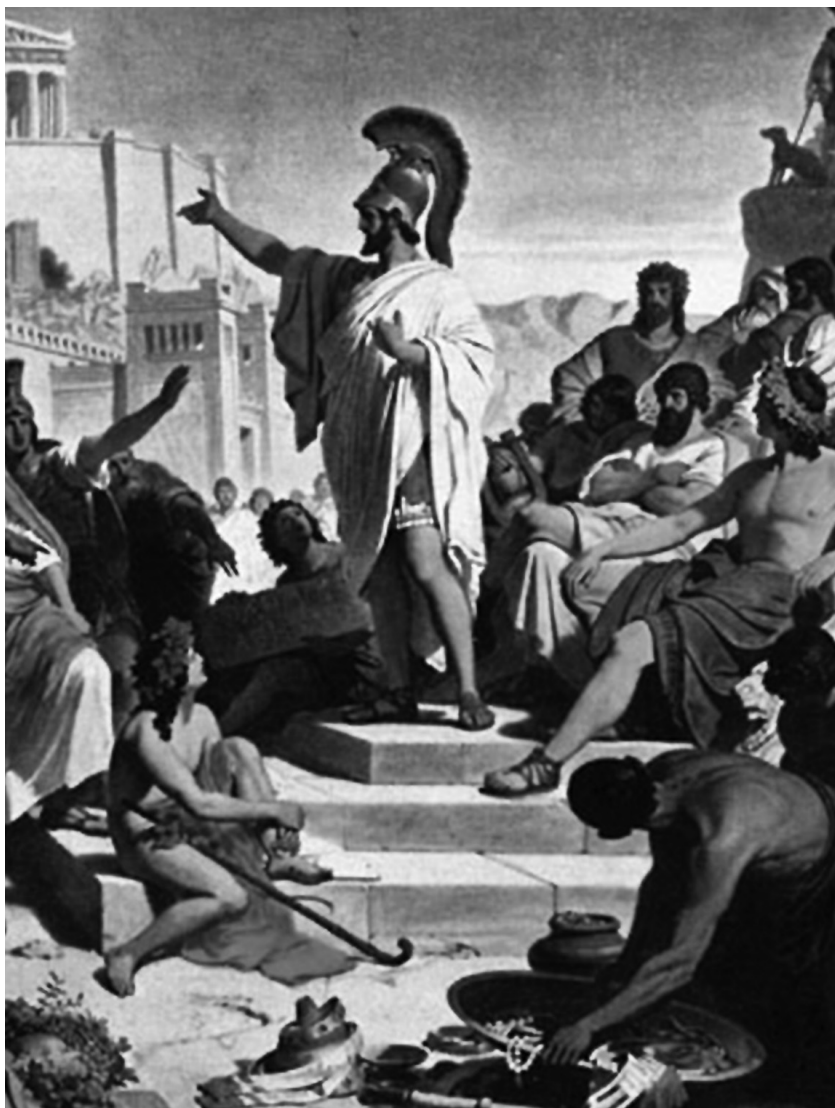


dência resultante é a de ser a *agenda da informação* que condiciona a *agenda dos órgãos do poder*. Foi a esta degenerescência que Rosanvallon chamou a evolução para a contra-democracia.

Nesta deriva, a vocação para assumir uma responsabilidade no sistema não atrai os melhores, ao mesmo tempo que as integrações regionalizadas dos Estados, que se perfilam por todas as latitudes, como a União Europeia, avançam orientadas por uma *política largamente furtiva*, vinda de órgãos distantes e de cadeias tecnocratas desconhecidas, políticas de que os eleitorados tomam conhecimento pelos efeitos. Em resposta os cidadãos tratam todos os órgãos do poder na terceira pessoa — eles — este o mais alarmante sinal da erosão do fundamental *valor da confiança*.

Quando se avaliam os *regimes políticos*, não há fundamentos teóricos para contrariar a famosa tese de Churchill sobre a democracia. Foi porém demonstrado pelos factos que, tratando-se embora de uma parcela importante do legado ocidental, não tinha fundamento a célebre e apressada tese do fim da história, último manifesto do orgulho de uma passada supremacia imperial dos ocidentais, e que anunciou a globalização do modelo político democrático americano, da declaração de direitos do homem de versão americana, do livre mercado do modelo americano, um erro de visão agora corrigido pela proclamação de Obama, que adere à primazia do conceito, mas não à capacidade e legitimidade de o impor.

Mas também é urgente assumir que a degradação do valor da confiança, em primeiro lugar alicerce fundamental da de-



mocracia da sociedade civil, e depois do regime político organizado para governar a sociedade civil, exige um regresso ao culto do civismo, à educação para o exercício responsável da cidadania, à valoração da honra de servir a comunidade, à convicção de que as nações são um futuro com passado, mas que a necessária reinvenção contínua do futuro não tem sustentação possível no relativismo que invadiu as estruturas ocidentais, e na falta de lideranças mobilizadoras.

O panorama português, parte do panorama ocidental, nesta data é o de uma grave quebra de confiança: quebra de confiança na vida da sociedade civil, atingida por uma instabilidade severa tanto da ordem pública como do sistema financeiro e da economia real, e portanto da esperança num desenvolvimento humano sustentado; quebra de confiança nos órgãos de soberania, na boa articulação dos órgãos de soberania, no respeito pela autoridade responsável pelo regular funcionamento das instituições. Tarda que o poder da palavra, o poder dos que não têm poder, imponha o regresso à autoridade dos valores que emolduram o legado ateniense, que dão consistência em primeiro lugar à democracia de igualdade e confiança da sociedade civil, depois à consolidação do *valor da confiança* que dá consistência aos regimes, valor sem o qual não é possível restaurar a autenticidade da política.

Pierre Rosanvallon (*La contre-démocratie*, Seuil, Paris, 2006), escrevendo sobre “*la politique à l’âge de la défiance*”, sublinhou que, sendo certo que o ideal democrático é dominante, tam-

bém é evidente que os cidadãos frequentam menos as urnas, mas frequentam mais as ruas para contestar, espécie de novo Janus cívico: a *face da confiança* que pretende organizar o sistema nessa perspectiva; a *face da desconfiança* que corresponde à erosão da actividade eleitoral — representativa. São lembradas palavras de Benjamin Constant, ao dissertar sobre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos: na antiguidade a vontade de cada cidadão tinha uma influência real, “o exercício dessa vontade era um prazer livre e repetido”; no mundo moderno “perdido na multidão, o indivíduo raramente se apercebe da influência que tem” porque perdemos em imaginação aquilo que ganhamos em conhecimento”.

A palavra, o poder da palavra, também não está isento da degenerescência que Lord Acton advertia ao exercício do poder. O ilustre Hamilton, na primeira carta do *Federalist*, sentenciava que “a maior parte dos que subverteram a liberdade das repúblicas consagraram a sua carreira tributando ao povo um obséquio cortesão: começaram como demagogos e terminaram tiranos”. O lúcido Norberto Bobbio, ao analisar “*O Futuro da Democracia*”, lamenta verificar, na Itália, que “cada membro do Parlamento representa antes de tudo o próprio partido, assim como, num Estado de ordens, o delegado representava antes de tudo os interesses da própria classe”. É neste processo de degenerescência que a defesa da *sede do poder* limita a autenticidade do uso do poder da palavra, da busca da governança justa pelas leis, da preservação da confiança como alicerce insubstituível da salvaguarda da República.

Terminarei com algumas palavras da angustiada Hannah Arendt (*La crise de la culture*, Galimard, 1972), escritas sobre *Verité et Politique*: “Falei como se o domínio da política não fosse mais que um campo de batalha por interesses parciais e adversos, onde nada valesse além do prazer e do lucro, o espírito de partido e a ambição do poder... Nesta perspectiva (que afirma ter em vista o nível mais baixo das relações humanas) ...ficamos na ignorância do conteúdo verdadeiro da vida política — da alegria e satisfação que nasce do facto de estar na companhia dos nossos iguais, de agir em conjunto e aparecer em público, de nos inserirmos no mundo pela palavra e pela acção, e de assim adquirir e sustentar a nossa identidade pessoal e começar qualquer coisa inteiramente nova”. A mão invisível, que nos envia as mensagens pelos frios números, adverte-nos, pelas estatísticas da abstenção, que é crescente o número dos que ficam na ignorância para a qual advertia Hannah Arendt, e que não encontram no exercício da cidadania aquela realização pessoal de participar. Disse Péricles que quem não assume o exercício da cidadania, não merece ser ateniense. Esta parte do discurso tende para dispor de um auditório reduzido. ●

¹ Adriano Moreira, *O Discurso de Péricles*, in A. Moreira, Alejandro Bugalho, Celso Albuquerque, *Legado Político do Ocidente, O Homem e o Estado*, Estratégia, Lisboa, 1995.

² Georges Balandier, *O Poder em Cena*, Universidade de Brasília, 1982, pag. 6

³ Voltaire, *Essai sur les mœurs et l’esprit des nations*, Neuchâtel, 1773. Chateaubriand, *Analyse raisonnée de l’histoire de France, Oeuvres Complètes*, Paris, 1886, in Jean – François Solnon, *Catarina de Medicis, 1519-1580*, Bertrand Editora, Lisboa, 2004

⁴ A. Hamilton, J. Madison, John Jay, *O Federalista*, Universidade de Brasília, 1961.

⁵ John Stuart Mill, *Consideração Sobre o Governo Representativo*, Universidade de Brasília, 1980, pag. 56.

⁶ In André Hauriou, *Derecho Constitucional e Instituciones Políticas*, Ariel, Madrid, 1974

⁷ Georges Balandier, *O Poder em Cena*, Universidade de Brasília, 1984, pag. 68